

Um Defeito de Cor? Rupturas Decoloniais e limites ontoepistêmicos entre a liberdade e a necessidade

José Pascoal Mantovani Pereira Junior

Resumo

Este artigo problematiza as concepções hegemônicas de liberdade e necessidade fundamentadas na razão pós-iluminista, demonstrando como tais categorias operam para sustentar a violência racial e a exclusão ontoepistemológica. Partindo da denúncia literária presente em "Um defeito de cor", de Ana Maria Gonçalves, o estudo investiga a ilusão do sujeito universal kantiano que dicotomiza a liberdade (domínio moral) e a necessidade (determinismo científico). Em diálogo com a Teoria Crítica (Adorno e Horkheimer) e ancorado nas perspectivas decoloniais de Denise Ferreira da Silva e Achille Mbembe, o texto evidencia que a infraestrutura lógico-científica moderna legitima a violência sobre o que Silva denomina "corpo cativa ferida na cena da subjugação". Em contraposição a visões éticas universalistas, argumenta-se que a expansão da lógica extrativista culmina no "devir-negro do mundo", alertando para a insuficiência da ética liberal clássica. Conclui-se que o rompimento com a reificação capitalista exige a transição de uma ontologia substantiva — focada no indivíduo proprietário — para uma ontologia pronominal e relacional, na qual a verdadeira emancipação se forja na multiplicidade e na ruptura com a necessidade como lei de dominação.

Palavras-chave: Liberdade; Necessidade; Decolonialidade; Ontologia relacional; Razão pós-iluminista.

A Color Defect? Decolonial Ruptures and Ontoepistemological Limits Between Freedom and Necessity

Abstract

This article problematizes the hegemonic conceptions of liberty and necessity grounded in post-Enlightenment reason, demonstrating how such categories operate to sustain racial violence and ontoepistemological exclusion. Starting from the literary denunciation present in Ana Maria Gonçalves's "Um defeito de cor", the study investigates the illusion of the Kantian universal subject that dichotomizes liberty (moral domain) and necessity (scientific determinism). In dialogue with Critical Theory (Adorno and Horkheimer) and anchored in the decolonial perspectives of Denise Ferreira da Silva and Achille Mbembe, the text shows that modern logical-scientific infrastructure legitimizes violence against what Silva calls the "captive body wounded in the scene of subjugation". In contrast to universalist ethical views, it is argued that the expansion of extractive logic culminates in the "becoming-black of the world", warning of the insufficiency of classical liberal ethics. The article concludes that breaking with capitalist reification requires a transition from a substantive ontology—focused on the proprietary individual—to a pronominal and relational ontology, in which true emancipation is forged in multiplicity and in the rupture with necessity as a law of domination.

Keywords: Liberty; Necessity; Decoloniality; Relational ontology; Post-Enlightenment reason.

Introdução

Em seu livro "Um Defeito de Cor" (2022), Ana Maria Gonçalves traz à tona a discussão de que algumas violências são admitidas em determinados corpos, justamente por eles não serem considerados humanos ou iguais. O texto inicia com uma cena trágica: uma família sofrendo as piores formas de violência simplesmente por ser considerada inumana.

> [...] Os guerreiros já estavam de partida quando um deles se interessou pelo tapete da minha avó e reconheceu alguns símbolos de Dan. Ele tirou o tapete das mãos dela e começou a chamá-la de feiticeira, enquanto outro guerreiro apontava a lança para o desenho da cobra que engole o próprio rabo que havia, mais sugerida do que desenhada, na parede acima da entrada da nossa casa. (Gonçalves, 2022, p. 21-22).

Esse é o desfecho de quando soldados do rei se aproximam de uma casa em que moravam uma avó, uma filha, duas netas gêmeas e um neto adolescente. Ao se darem conta de que se trata de uma

família devota aos orixás, os soldados, em nome do rei e para satisfazer suas mais insanas demandas e vontades, estupram, matam e roubam. Tudo isso em nome de um rei, em nome da verdade, em nome de um tipo específico de humanidade. A autora demonstra como os corpos que não são considerados humanos são vilipendiados e usurpados. Faz-se necessário, portanto, repensar a própria condição humana e, assim, reorganizar os conceitos em torno da liberdade e da necessidade.

Para tanto, este texto se propõe a problematizar até que ponto o discurso em torno dos projetos de emancipação, presentes nas perspectivas pós-iluministas e na própria ideia de esclarecimento (Aufklärung), eclipsa as possibilidades de liberdade e impõe a necessidade — compreendida aqui não como carência instintiva, mas como o determinismo lógico, temporal e científico que justifica a violência racial — devido a uma presença arbitrária da racionalidade. Neste sentido, na primeira parte do texto, articularemos a busca pela liberdade e pela compreensão da necessidade como temas fundamentais para reorganizar a construção ontoepistêmica; em seguida, ancorados nas contribuições da professora Denise Ferreira da Silva (2024), apresentaremos críticas e provocações em torno do tema da liberdade e da necessidade; por fim, apresentaremos possibilidades a partir do momento em que se quebra com paradigmas hegemônicos que cristalizam modos de pensamento. O objetivo geral deste texto é demonstrar que tanto o conceito de liberdade como o de necessidade estabelecem profundas ligações que estruturam o campo da política.

1. Da causa primeira à razão instrumental: os limites da necessidade

A filosofia grega é conhecida por estabelecer alguns conceitos que são vistos como basilares para a compreensão do seu projeto epistêmico: verdade, beleza, coragem e princípio são, portanto, alguns desses termos que abrem espaço para a reflexão filosófica. Dentre os diversos conceitos, destacaremos dois: liberdade e necessidade. Para a arquitetura política pós-iluminista, conforme aponta Denise Ferreira da Silva (2024), a liberdade pertence ao domínio moral e ético (o Humano), enquanto a necessidade rege o domínio natural e científico das coisas dadas. Antes, vale destacar que a busca pela coisa primeira, pelo princípio e pela essência do ser é uma empreitada que atravessa tanto os textos platônicos quanto os aristotélicos. Neste momento, daremos preferência ao movimento de Aristóteles em encontrar a causa primeira. Para o filósofo de Estagira, encontrar a essência do ser é se deparar com o que é tido como absoluto e incondicional, conforme aponta:

> Ora, nós chamamos aquilo que merece ser buscado por si mesmo mais absoluto do que aquilo que merece ser buscado com vistas em outra coisa, e aquilo que nunca é desejável no interesse de outra coisa mais absoluto do que as coisas desejáveis tanto em

> si mesmas como no interesse de uma terceira; por isso chamamos de absoluto e incondicional aquilo que é sempre desejável em si mesmo e nunca no interesse de outra coisa. (Aristóteles, 1979, p. 55)

Observa-se, assim, que Aristóteles enfatiza que a busca pelos elementos primeiros da coisa é o que há de mais desejável, pois evita que qualquer tipo de ilusão estabeleça os critérios de verdade. Este princípio acompanhou a história do pensamento, sendo reestruturado e ressignificado em vários momentos, de modo que o Iluminismo dá o tom do totalitarismo da racionalidade. Neste período, a necessidade se consolida por meio de pilares ontoepistemológicos estritos: a separabilidade, a determinabilidade e a sequencialidade. Nota-se, portanto, um tipo de razão que enaltece a universalização da identidade e da correspondência, ou seja, uma razão que se autojustifica e se autorregula diante dos imbróglios emergentes, transformando existentes e eventos em engrenagens de um sistema determinista.

Para tensionar essa ancoragem conceitual, Theodor Adorno e Max Horkheimer, em "Dialética do Esclarecimento" (1985), descrevem que o "esclarecimento" (Aufklärung) não se restringe ao movimento intelectual histórico do século XVIII, mas é compreendido como um longo processo trans-histórico de desencantamento do mundo, cujo objetivo fundante é livrar os homens do medo e investi-los na posição de senhores. Entretanto, o que os autores demonstram é que este esclarecimento, que em um primeiro momento era visto como uma maneira de subverter a lógica mítica, acabou convertendo-se em um novo dogma inquestionável. Dessa forma, o resultado do esclarecimento não é a emancipação racional presente nos pressupostos kantianos, mas a reificação: a transformação das pessoas em engrenagens, números e mercadorias. Assim, para os autores, o esclarecimento plenamente realizado não conduz à liberdade, mas ao totalitarismo e à barbárie. Ao esvaziar o mundo de sentido em nome do progresso técnico, o esclarecimento criou as condições de obediência cega e eficiência burocrática que culminaram, por exemplo, em Auschwitz.

2. A ontologia da exclusão e a ilusão do sujeito universal

A articulação entre a noção de liberdade e a de necessidade está diretamente conectada a uma perspectiva universal de humanidade. Esse sujeito universal, conforme a lógica kantiana, estabelece o que se pode conhecer, como se deve agir e o que se pode considerar belo. É inegável, também, a presença platônica no que se refere à reflexão do sujeito que concebe a verdade, a vida e a existência a partir de um princípio superior. Ou seja, seguindo a alegoria da linha dividida de Platão (2021), quando se compreende a assimetria entre o visível e o inteligível, nota-se que há um tipo de

universalidade no modo de construir o pensamento que modela a própria constituição do ser. Essa noção universalista, em vez de incluir outros modos de existência e de construção do próprio pensamento, exclui o que não lhe é idêntico. Há, portanto, uma ditadura da identidade e da semelhança que, sob um viés aristotélico, estabelece os rudimentos do que é e, consequentemente, as características do que não é. Nessa linha, Mbembe destaca que:

> [...] o pensamento europeu sempre tendeu a abordar a identidade não em termos de pertencimento mútuo (copertencimento) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo com o mesmo, do surgimento do ser e da sua manifestação em ser seu primeiro ou, ainda, em seu próprio espelho. (Mbembe, 2022, p. 11-12)

Esse ser universal está fadado a uma relação causal com a liberdade, bem como preso às contingências da necessidade. Assim, enquanto se parte de uma perspectiva que prestigia um único modo de ser, tanto a liberdade quanto a necessidade permanecem presas a essas molduras. Mas, e se houvesse uma quebra paradigmática? E se houvesse um modo de romper com as molduras que estabelecem o que é universal e, portanto, os limites da liberdade e a forma de manifestação da necessidade? A professora Denise Ferreira da Silva propõe uma outra forma de pensar a liberdade e sua relação com a necessidade. Para tanto, é necessário estabelecer uma nova gramática para a compreensão do que é ser humano:

> Sem a cooperação da liberdade e da necessidade nas operações ontoepistemológicas do princípio identidade/igualdade, as quais obtêm a transparência como descritor ontológico, não se manteriam nenhum dos atributos postulados pelo pensamento pós-iluminista ao Humano e à Humanidade, aos projetos científicos que ele sustenta ou à arquitetura política construída em torno dele. Essa é uma dádiva da corpo cativa ferida na cena da subjugação; ao permanecer desprotegida, ela expõe as malhas metafísicas e ontoepistemológicas que constituem e separam os muitos momentos através dos quais a racialidade governa a arquitetura política do presente global. (Silva, 2024, p. 37)

A autora descreve que as noções de identidade e de igualdade estão ligadas a um princípio constitutivo ontoepistêmico que estabeleceu o que é considerado humano e os atributos ligados à humanidade. Esse movimento não é uma discussão meramente metafísica; é, em vez disso, um projeto científico e político que legitima práticas de vida e fomenta uma forma unidimensional no que se refere à interpretação do sujeito, pois a humanidade passa a ser condicionada a determinadas características que, se destituídas do próprio ser, fazem com que ele perca sua dimensão constitutiva.

É nesse jogo entre o que carrega a identidade e o que não a possui — o que é classificado como a "corpo cativa ferida na cena da subjugação" por Ferreira da Silva (2024) — que se expõem os limites de uma abordagem metafísica e se explicita a vulnerabilidade de determinados corpos, justamente por serem marcados pela ausência da marca da identidade. Esse fenômeno é atravessado pela racialidade. Assim, é possível estabelecer um diálogo com Foucault, que, em “Em defesa da sociedade” (2019), destaca que sem a dimensão da raça não seria possível pensar na governamentalidade do próprio Estado. Isto é, a racialidade constitui um elemento indissociável da forma de gerir e controlar a sociedade.

Retornando à tensão proposta por Denise Ferreira da Silva (2024), o pensamento crítico permanece limitado justamente por esbarrar em elementos que extrapolam a própria lógica de identificação. Porque não há compreensão do território do outro, a dívida permanece impagável. Para a autora, enquanto não houver uma ruptura radical com o que se propõe como paradigma para a constituição de outros modos de pensamento, as narrativas girarão em torno de uma gramática que não pondera o impacto real causado à "corpo cativa ferida na cena da subjugação”. A proposição da autora é “desmantelar o império da razão transcendental por meio de uma re/de/composição de tudo o que encontra seu fundamento na necessidade" (Silva, 2024, p. 37).

Há uma revelação da ‘necessidade’ oculta sob a liberdade: a filosofia pós-iluminista concebe o sujeito ético europeu (o eu transcendental) como a encarnação da autodeterminação e da liberdade moral. A "corpo cativa ferida na cena da subjugação” evidencia o reverso oculto dessa arquitetura: a liberdade, o acúmulo de capital e a propriedade privada do colonizador só existem porque são sustentados pela violência necessária e legalmente autorizada sobre a carne não branca. Assim, quando se analisa, por exemplo, o impacto do processo escravagista, é importante notar como há uma assimetria absoluta entre o proprietário e a escrava. Essa dissimetria fundamental implode o pressuposto da dialética hegeliana do senhor e do escravo, uma vez que não há, aqui, um encontro entre duas autoconsciências livres e iguais em busca de reconhecimento, mas sim uma relação de dominação mediada pela autoridade jurídica e pela violência total sobre um corpo transformado em coisa**.** Pensar de modo duplo, nessa lógica, é sempre uma maneira de garantir a hierarquia e a necessidade de imposição de um tipo de vida, de existência, de modo de pensar, sentir e fazer ciência bastante delimitado; ou seja, “ao desempenhar essa função, a corpo cativa ferida na cena da subjugação viabiliza também a consideração do pensamento sem a necessidade e a intraestrutura que a necessidade sustenta” (Silva, 2024, p. 33).

A autora propõe uma ampliação das concepções de existência, sobretudo porque sugere outros modos de pensar a vida. Nesse sentido, a transição para uma nova gramática ontológica é fundamental, como pontua Giacoia:

> A pessoa – humana ou não humana – não se define em termos de substantivos, mas pronominais – o pronome e a função pronominal entendida como um signo da instância de enunciação, como um marcador não identificado como o nome próprio, cujo estatuto gramatical consiste em ser expressão linguística do tipo 'a gente' (man) – que transita pronominalmente do substantivo para o perspectivístico. (Giacoia, 2025, p. 19)

Conforme o autor, enquanto o substantivo fecha a existência do ser em paradigmas cristalizados, quando se pensa a relação a partir de predicados, o que há é a ampliação do modo de estar, isso porque o predicado envolve movimento; é uma espécie de devir, ou seja, é um processo ontológico de contágio, aliança e desestabilização contínua das formas. Envolve uma simbiose que se coloca no 'entre', como elemento fronteiriço, que potencializa a criação de uma realidade totalmente nova. É, portanto, uma fuga do identitarismo majoritário, pois faz com que as partículas e as moléculas tenham possibilidade de ampliação e multiplicação. Quando se parte da corpo cativa ferida na cena da subjugação, o que se tem em perspectiva é a criação de múltiplos corpos que, ao mesmo tempo que sofrem, resistem e, também, ficcionam possibilidades de vida.

3. O devir-negro do mundo e a liberdade relacional.

Diante do exposto e preservando as considerações de Giacoia (2025), chegamos à ideia de que a liberdade liberal é substantiva, ou seja, seu foco está no indivíduo e na propriedade; todavia, quando se pensa em um tipo de liberdade disruptiva, decolonial ou perspectivista, observa-se uma liberdade relacional e pronominal. É um tipo de liberdade que está no entre, nas alianças afetivas e cósmicas. Nesse paradigma, rompe-se com a necessidade enquanto determinismo e lei de dominação (a infraestrutura lógico-científica moderna), abrindo espaço para a urgência vital de estar em conexão com o outro para existir. Assim, quando se desloca o pensamento para a "corpo cativa ferida na cena da subjugação", há o confronto com categorias e, ao mesmo tempo, a instituição de novas ideias, ou seja:

> Não surpreendentemente, então, quando a corpo cativa ferida na cena da subjugação confronta a Categoria sociocientífica (determinativa) na Negridade (enquanto cor da pele), ela expõe a necessidade fazendo seu trabalho político através dos momentos

> éticos, econômicos e jurídicos, já que ela é um referente da conjugação do ético e do científico – não em sua leitura interpretativa, mas como um produto da Ciência do Homem, projeto de conhecimento que costurou a noção moderna da diferença racial. (Silva, 2024, p. 40)

Observa-se que a autora argumenta que a "cor da pele" negra não é um dado biológico neutro, mas uma categoria científica inventada pelo projeto pós-iluminista. A “negridade” foi, então, criada artificialmente para costurar a diferença racial e justificar a dominação. Assim, quando olhamos para a "corpo cativa ferida na cena da subjugação" (o sujeito escravizado e violentado), desmorona a mentira de que a moralidade (ética) e a biologia (ciência/necessidade) caminham separadas.

Para ilustrar o limite da ética liberal clássica diante dessa constatação, é possível evocar as contribuições de Peter Singer, que apresenta uma abordagem consequencialista para a ética aplicada (Singer, 2018). O autor investiga como os juízos morais devem ser fundamentados e aplicados às controvérsias contemporâneas, a exemplo do tratamento dos animais, do aborto, da eutanásia, da pobreza global, da preservação ambiental e da desobediência civil.

Nessa visão, Singer entende que o sofrimento seria um atributo que envolve qualquer ser senciente, independentemente de gênero, sexo, raça ou qualquer outro elemento; para ele, o sofrimento unifica qualquer sujeito que sofre. Logo, sob essa ótica, não se deve levar em consideração a ideia das especificidades, mas, em vez disso, apenas o problema intrínseco que é sofrer:

> Desse ponto de vista, a raça é irrelevante para a consideração dos interesses, pois o que conta são os interesses em si. Considerar menos uma quantidade específica de dor porque essa dor foi sentida por um membro de determinada raça equivaleria a fazer uma distinção arbitrária. Por que escolher uma raça como vítima? (Singer, 2018, p. 46)

A princípio, pensar o sofrimento como um fenômeno nivelador de todas as existências parece, em um primeiro momento, resolver as questões. Contudo, em contraste com esta ideia, Mbembe (2022) demonstra que o sofrimento é um atributo que acompanha, sobretudo, os corpos estigmatizados pela crueldade da colonialidade. Em seu livro “Crítica da Razão Negra” (2022), Mbembe vai muito além de uma análise sobre o racismo histórico: o autor faz um diagnóstico de como a lógica capitalista de extração, historicamente testada em corpos negros, está agora sendo aplicada a toda a humanidade.

O autor argumenta que a ‘raça’ não é um fato biológico, mas uma ficção útil – um dispositivo tecnológico e discursivo. A ‘razão negra’ é o vasto repertório de narrativas, fantasias, imagens e leis que o Ocidente criou para subtrair a condição humana dos povos africanos. Foi a infraestrutura

intelectual necessária para transformar o sujeito em ‘negro’ (um mero objeto ou animal de carga) e, assim, justificar moral e economicamente a escravidão e o colonialismo. Nessa direção, Mbembe destaca que o sujeito, inserido em um contexto marcado por essa liberdade liberal, perde sua individualidade e se transforma em corpo-energia para o capital. Por isso, destoando da proposição de Singer, não é possível abrir mão dos elementos ligados às especificidades históricas do sujeito.

Um exemplo dado por ele se refere à fase do comércio atlântico, em que o ser humano (mas que não era considerado humano) foi fundido à mercadoria. Assim, o indivíduo perde a sua identidade, sua capacidade de ser dono de si mesmo, e assume um tipo de devir-moeda, ou seja, o sujeito se transforma em uma ferramenta cuja força física deve ser consumida até a exaustão para gerar lucro. Esse movimento é denominado como "devir-negro do mundo". Mbembe alerta que o modelo de exploração, descarte e vigilância absoluta — isto é, uma ampliação da noção de vigilância dos corpos proposta por Michel Foucault em “Vigiar e Punir” (1999) —, outrora reservado exclusivamente aos escravizados nas plantations e colônias, está sendo generalizado pelo capitalismo neoliberal e algorítmico. Em suma, o mundo inteiro está sofrendo um processo de ‘devir-negro’ aos olhos do mercado.

Deste modo, torna-se impossível descartar aspectos como a raça, pois ela é a própria base da reificação dos corpos. Nessa direção, Denise Ferreira da Silva afirma que “como o nome comum dado aos humanos que não são nada, objetos sem valor, a Categoria da Negridade sinaliza mas não expressa – por ser ela mesma um produto do pensamento moderno – uma metafísica sem necessidade" (Silva, 2024, p. 42). Partir, portanto, da "corpo cativa ferida na cena da subjugação" é demonstrar que outras existências — pautadas na liberdade relacional — são possíveis e urgentes para que se vislumbre uma metafísica livre da necessidade determinista.

Considerações finais

Retomando o texto de Ana Maria Gonçalves e a denúncia de que a violência se torna legítima quando consumada em corpos abjetos, repensar os limites da liberdade e a abrangência da necessidade faz com que desmascaremos a ilusão do sujeito universal pós-iluminista.

Como demonstrado ao longo deste ensaio, a liberdade exaltada pela modernidade operou historicamente amparada pela lógica da necessidade: o determinismo ontoepistemológico que operou para excluir, subjugar e transformar o outro em mercadoria para sustentar a ficção da autonomia europeia. Enquanto a liberdade for compreendida de forma substantiva — como um

atributo exclusivo do indivíduo proprietário e "racional" —, ela dependerá eternamente da violenta expropriação da "corpo cativa ferida na cena da subjugação" para existir.

Por isso, a cena inicial do romance nos oferece mais do que uma denúncia; ela aponta uma saída ontoepistemológica. Quando os soldados do rei atacam a avó da narradora, eles tentam destruir não apenas os corpos, mas também o tapete com o símbolo de Dan — a serpente que engole o próprio rabo. Na cosmologia africana, Dan representa o movimento contínuo, a transformação e a conexão vital de todas as coisas. É exatamente essa imagem que ilustra a proposta de uma ontologia pronominal e decolonial discutida neste texto.

Romper com o "devir-negro" do mundo capitalista exige abraçar uma concepção de liberdade que se faz no contágio, na multiplicidade e no encontro. A verdadeira emancipação não reside em estender a razão instrumental para todos, mas em implodir a matriz que separa e reifica a vida. Ao fim e ao cabo, a urgência de nosso tempo é forjar formas inéditas de existência, descoladas da "necessidade" enquanto determinismo e dominação, afirmando a condição inalienável de que a vida se constitui fundamentalmente na relação com o outro, curando, assim, as feridas de uma dívida que a modernidade se recusa a pagar.

Referências

GONÇALVES, Ana Maria. Um Defeito de Cor. Rio de Janeiro: Record, 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. Dívida Impagável: uma crítica feminista, racial e anticolonial do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

PLATÃO. A República. São Paulo: Coleção Pensadores, 2021.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: Edições n-1, 2022.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petropólis: Vozes, 1999.

GIACÓIA, Oswaldo. Perspectivismo e Interculturalidade. São Paulo: n-1 Edições, 2025.

SINGER, Paul. Ética Prática. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

Autor:

José Pascoal Mantovani Pereira Junior

Doutor em Educação e Mestre em Ciências da Religião. Possui graduação em Teologia, Filosofia, Pedagogia e História. Atualmente, é Professor Visitante na Universidade Federal do ABC (UFABC) e desenvolve pesquisa de pós-doutorado no programa de Análise Ambiental da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

e-mail: prof.pascoalmantovani@gmail.com

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9474-9247

Lattes: http://lattes.cnpq.br/7707709053888300